DIGORESTE
O jornal do Judiciário de MT

Edição nº 07 | Maio/Junho-2014

Judiciário completa 140 anos

Conheça os desafios e os avanços registrados ao longo da história.

Páginas 4 e 5

Tudo pronto para a Copa

Juizados Especiais garantem presença no aeroporto e arena

Página 2

Alienação Parental

TJ lança cartilha didática sobre problema social

Página 6

Bem Viver

1ª Corrida do Judiciário atrai centenas de participantes

Página 7

E ainda... Juízes e juízas de Mato Grosso têm substituído as penas privativas de liberdade por penas pecuniárias, e recursos retornam em melhorias para a sociedade

Página 8

Editorial

Em mês de Copa do Mundo, o Brasil se prepara para receber milhares de turistas. Em Cuiabá não será diferente. Diariamente, torcedores brasileiros e estrangeiros devem desembarcar no Aeroporto Marechal Rondon para assistir às quatro partidas que serão realizadas na Arena Pantanal. Para atender esse público, o Poder Judiciário de Mato Grosso já adotou diversas medidas. Conheça as principais aqui mesmo nesta página.

E já que estamos falando de esporte, foi realizada no último dia 8 a 1ª Corrida de Rua do Poder Judiciário, com um percurso de 5 km. Ao todo se inscreveram 759 participantes, sendo 425 mulheres e 334 homens com idade média de 35 anos.

Outro assunto de destaque nesta edição é o lançamento da Cartilha Alienação Parental. O trabalho, coordenado pela juíza Ângela Gimenez, ganhou repercussão nacional depois de ter sido replicada pelo Facebook do CNJ e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sendo acessada por milhares de internautas.

O Digoreste também traz uma matéria sobre juízes e juízas de Mato Grosso que têm adotado, cada vez com mais freqüência, a substituição das penas privativas de liberdade, em casos de delitos menos graves, pelas penas pecuniárias. O dinheiro é revertido para entidades beneficentes e tem ajudado a transformar a vida de muita gente.

E para finalizar, conheça um pouco mais sobre o Poder Judiciário lendo a reportagem especial desta edição, que trata da comemoração dos 140 anos da Instituição.

Boa leitura!

Direto aos Fatos

Copa

Neste mês de junho, nos dias dos jogos do Brasil (12, 17 e 23), o atendimento do Poder Judiciário em todas as comarcas do Estado será das 8h às 13h. Em Cuiabá e Várzea Grande, nos dias úteis em que houver jogos na Arena Pantanal (13, 17 e 24) não haverá expediente. Com isso, os prazos processuais que se iniciam ou terminam nessas datas ficam prorrogados para o próximo dia útil subseqüente.

Reforma

O Tribunal de Justiça deu início à reforma dos quatro plenários onde ocorrem as sessões das câmaras e também do Tribunal Pleno. Os plenários estão interditados por terem apresentado problemas de impermeabilização causados por umidade e falhas na parte elétrica. A empresa contratada foi a Montante Construtora e Impermeabilizadora Ltda e o valor foi fixado em R$ 1.576.259,34. A obra será concluída em 160 dias.

Aprovado

O Tribunal de Contas do Estado julgou regulares as contas anuais de gestão do Tribunal de Justiça, relativas ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do desembargador Orlando Perri. Da mesma forma, foram julgadas regulares as contas anuais de gestão do Funajuris. Os relatórios técnicos do TCE, utilizados para a análise das contas, abrangem a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de resultados, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos gastos e utilização dos bens públicos.

COPA DO MUNDO

Judiciário atua no estádio e aeroporto

O Poder Judiciário de Mato Grosso está concentrando esforços para que a realização da Copa do Pantanal seja um sucesso. Nos quatro jogos que irão ocorrer na Arena Pantanal, o judiciário vai atuar com a presença do Juizado do Torcedor dentro do estádio e com o ônibus do Juizado Especial Itinerante (JEI) do lado de fora, dentro dos limites estabelecidos pela Fifa.

O reforço busca oferecer mais rapidez nos impasses envolvendo torcedores, tais como impossibilidade de entrada no estádio, tumulto e troca de ingressos, por exemplo. Os dois juizados vão atuar nos dias de jogos, que ocorrerão nos dias 13, 17, 21 e 24 de junho. Tanto o JET quanto o ônibus do JEI já estarão funcionando 3h antes do início da abertura dos portões e ficarão até 3h depois do fechamento.

No aeroporto a situação é diferente, os postos de atendimentos dos Juizados Especiais e do Juizado da Infância e Juventude de Várzea Grande estão atuando desde 5 de junho em regime especial de plantão, 24 horas por dia. O horário diferenciado segue até 20 de julho. O posto de atendimento do juizado especial está localizado no piso térreo do aeroporto, próximo ao elevador. Já o posto da Infância e Juventude está fixado entre as bancadas das companhias aéreas.

Nestes locais servidores e juízes se revezam para atender às demandas relacionadas ao direito do consumidor, no caso dos juizados especiais, e estatuto da criança e adolescentes, no posto da infância. De acordo com o presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, todo o trabalho está sendo feito a fim de garantir o melhor atendimento ao turista que desembarcar no Estado para assistir aos jogos que ocorrerão na Arena Pantanal.

Jogos em Cuiabá

- **13 de junho, às 19h**
  Chile x Australia
- **17 de junho, às 19h**
  Rússia x Coreia do Sul
- **21 de junho, às 19h**
  Nigéria x Bósnia
- **24 de junho, às 17h**
  Japão x Colômbia

Expediente

Digoreste é uma publicação mensal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Gestão biênio 2013/2015
Presidente
Orlando de Almeida Perri
Vice-presidente
Márcio Vidal
Corregedor-Geral da Justiça
Sebastião de Moraes Filho

Produção
Coordenadoria de Comunicação Social do TJMT
Edição
Nadja Vasques
Redação
Janã Pinheiro, Keila Maressa e Ranniery Queiroz

Participe
Interessados em sugerir pautas ou divulgar notícias no informativo Digoreste podem entrar em contato com a equipe através do e-mail: imprensa@tjmt.jus.br

Pelas Comarcas

Começa 2ª fase do Judiciário na Escola

A segunda fase do Plano de Ação Permanente - Poder Judiciário na Escola beneficiou alunos das Escolas Municipais Dejane Ribeiro de Oliveira (Jardim Vitória), Madre Marta Certutti (Altos da Glória) e 12 de Outubro (Planalto). A garotada da sexta série tem entre 11 e 15 anos. Eles receberam informações sobre A Organização Judiciária e seus Membros. Somente na primeira fase da segunda etapa cerca de 200 alunos participaram. "Este plano de ação mostra a importância da Justiça sair dos gabinetes e conhecer a realidade do povo mais necessitado. Eles precisam muito saber de seus diretos e deveres e nossa participação é essencial para o desenvolvimento desta cidadania", enfatizou o corregedor-geral, desembargador Sebastião de Moraes Filho, que ao final desta fase receberá os alunos para uma visita ao Tribunal de Justiça.

A juíza convocada para o Tribunal de Justiça, Antônia Siqueira, proferiu aula para cerca de 100 alunos da Escola 12 de Outubro. Utilizando desenho e um filme motivacional a magistrada abordou o tema de forma leve. O resultado foi uma sala atenta e participativa. "Estou extremamente gratificada em fazer parte desta ação. Primeiro pelo ensino, mas também por aprender muito. Segundo, pela oportunidade de mostrar que o Poder Judiciário é um aliado deles e existe por causa e para a sociedade", disse a juíza.

Aluna do sexto ano, **Gabrielle Assunção**, de 11 anos se mostrou motivada. "Desde criança sempre quis ser juíza e agora me sinto encorajada a estudar para essa carreira. A oportunidade de conhecer uma magistrada é muito boa. Já li toda a cartilha e estou pensando o que vou escrever na redação", revelou. O estudante Walace Carvalho tem um sonho diferente, mas compreendeu o recado. "Quero ser jogador de futebol, mas já vi que tenho que estudar de qualquer jeito. Gostei da aula", analisou o estudante.

A diretora, Maria Georgina Souza, solicitou que a Corregedoria realizasse o Plano de Ação na escola. "Fiquei sabendo pela imprensa e achei muito interessante a oportunidade de termos explicações sobre assuntos de nosso interesse. Vamos continuar desenvolvendo os temas abordados. Ao final de cada palestra os alunos fazem um relatório e depois uma redação sobre todos os temas. Eles estão muito interessados. Tenho certeza que renderá bons frutos", considerou.

A juíza da Segunda Vara de Família e Sucessões de Várzea Grande, **Christiane da Costa Marques Neves Silva**, deu uma aula diferente aos alunos da Escola Madre Marta Certutti. Ela levou a toga, vestimenta que o magistrado utiliza durante audiências e julgamentos, documentos de identificação e processos. "Eles demonstraram muito interesse nos processos. Expliquei cada parte na demanda, a necessidade de ouvir os envolvidos e a possibilidade de se recorrer o TJ, além de salientar a necessidade de procurarem a Justiça, o Ministério Público e a Defensoria. Vou participar de outras aulas, caso seja convidada", frisou a juíza que participou pela terceira vez.

"A pedagogia que o juiz utilizou foi dinâmica e bastante compreensiva. Achei dialética e de troca. Os alunos participaram bem. Foi muito válido. É interessante trazer essas questões do Judiciário, ainda mais a escolas de periferia", disse o professor de Geografia da Escola Dejane Ribeiro de Oliveira, Salvador Flávio Pereira da Silva.

O juiz auxiliar da Corregedoria Jorge Luiz Tadeu Rodrigues conversou com os estudantes da escola do bairro Jardim Vitória. "Foi a primeira vez que participei e achei a experiência muito boa. Devemos desenvolver mais este tipo de ação. Percebi que muitos alunos de apenas 12 anos demonstram conhecimento bom acerca do Judiciário. Saio motivado e acredito que eles também", ponderou o juiz auxiliar.

Conheça o programa

A Escola Municipal Floriano Boncheneki foi escolhida para o desenvolvido do Projeto Piloto Judiciário na Escola, ainda em 2011, atendendo a Meta 4 do CNJ, que estabelece a implantação de programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas. Na oportunidade cinco juízes, dois promotores e um representante da Defensoria Pública desenvolveram as palestras. Em 2012 o Judiciário na Escola foi ampliado para outras 14 escolas municipais, quando mais de 1.000 alunos participaram.

O Plano Permanente Judiciário na Escola foi iniciado em agosto de 2013. Alunos do sexto ao nono ano de três escolas recebem o Judiciário uma vez ao mês. Durante uma hora eles aprendem sobre Direitos e Deveres, estrutura do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, além do fomento de práticas de cidadania e saúde pública. Até o momento 22 escolas receberam o Plano Permanente.

Fotos: Ascom/TJMT

140 anos, uma evolução sem volta

Ascom/TJMT

O ano de 2014 marca 140 anos de atuação do Poder Judiciário de Mato Grosso. São décadas de trabalhos prestados em prol do jurisdicionado, julgando causas ora mais simples, ora mais complexas, mas todas com a mesma destreza, imparcialidade e legalidade. Tendo em vista que o direito é líquido é certo, o corpo de 30 desembargadores, 230 magistrados e quase cinco mil servidores trabalham com o mesmo objetivo – entregar na mão do cidadão uma resposta aos seus anseios.

Em todos estes anos o Tribunal vem investindo em tecnologia, em gestão de pessoas e em expansão para o interior do Estado sempre visando levar a justiça para mais perto do cidadão de forma célere e eficaz. Uma causa defendida pelo judiciário sempre foi o progresso e é por isso que o TJMT sempre se destaca no cenário nacional como um tribunal de vanguarda. Prova disso foi a criação dos Juizados de Pequenas Causas, em 1986, mesmo antes da Lei Nacional que obrigava os Estados a implantarem as unidades, em 1995.

Outro ponto de destaque também foi a idealização do programa de computação Malote Digital. Criado em Mato Grosso, ele foi considerado case de sucesso pelo Conselho Nacional de Justiça e foi distribuído para os outros Estados. Hoje o programa de envio de mensagens é utilizado por inúmeras instituições, inclusive de esferas diferentes.

A criatividade é utilizada até para superar relatórios negativos como limite orçamentário para contratação de mão de obra. Este é o caso da figura dos credenciados, criada para que seja possível contratar juízes leigos, conciliadores, assistentes sociais e psicólogos que atuam diretamente no processo. Todos são contratados por meio de recrutamento, recebem por produtividade e o pagamento da verba destes profissionais é retirada de uma fonte diferente da fonte de pagamento dos servidores efetivos. Assim, é possível melhorar a prestação jurisdicional, aumentar a força de trabalho sem esbarrar na Lei Orçamentária Anual.

Nestes 140 anos a modernização da justiça foi outro fator perseguido e que atualmente apresenta resultados palpáveis, tanto que o TJMT possui um dos mais modernos parques tecnológicos do Estado. Mas houve época em que todos os andamentos processuais eram registrados em fichas catalogadas, e quando uma era guardada em lugar errado, era um Deus nos acuda. Podia demorar mais de dias para encontrar um processo. As mudanças começaram há mais de 10 anos e desde então, o judiciário vem investindo em programas e máquinas novas a fim de acompanhar a voraz mudança da informatização.

Em uma época em que é possível resolver tudo com uma mensagem via whatsapp, o judiciário não para. Todas as comarcas estão interligadas a um servidor central e de qualquer parte do mundo é possível acessar informações sobre processos direto da internet. O juiz que responde por mais de uma comarca também consegue exarar uma decisão de onde ele estiver sem precisar estar sentado na sala de audiências.

Todos os esforços despendidos são chancelados pela conquista do certificado ISO 9001:2008 em processos de seis áreas meio do judiciário, reconhecendo a qualidade nos processos mapeados, padronizados e organizados. A certificação ocorreu em 2012 e foi mantida em uma segunda auditoria externa realizada em 2013. Até o final do ano deve ocorrer a terceira auditoria.

Orlando Perri, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, administra o Poder Judiciário calcado em duas palavras de ordens - eficiência e eficácia. Por isso mesmo, desde que assumiu a maior preocupação é a qualificação dos servidores e magistrados que compõem a justiça estadual. Para isso, se investe fortemente em cursos, palestras e capacitações presenciais e por ensino à distância.

"Tenho muito interesse no aprimoramento dos servidores que estão na ponta, quero foco na área fim, por isso determinei que 80% dos cursos ofertados pela Escola dos Servidores sejam voltados para o interior. Estive em algumas comarcas e ouvi de magistrados que falta capacitação para servidores. Quero acabar com este problema. Hoje nós estamos oferecendo pós-graduação e cursos, mas temos a intenção de oferecer inclusive graduações", ressalta o presidente.

Somente nesta gestão já foram oferecidas três pós-graduações para os servidores, sendo Direito Penal/Processo Penal, Direito Civil/Processo Civil e Gestão Judiciária e Secretaria de Vara e Atividades Auxiliares dos Oficiais de Justiça. Todas foram subsidiadas pelo TJMT e a maioria das vagas oferecidas para a Primeira Instância, com a intenção de investir naqueles que têm contato direto com os jurisdicionados.

Para os magistrados além dos cursos já oferecidos pela Escola da Magistratura de Mato Grosso, é oferecido ainda o 'MBA em Poder Judiciário'. São 14 módulos que abordam assuntos como direito sanitário, impactos das inovações tecnológicas no Poder Judiciário e dimensão estratégica de gestão de pessoas. A grade do curso foi especialmente desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas para atender às necessidades do TJMT.

História do Judiciário é traduzida em selo

Os 140 anos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso ficarão marcados para sempre com a edição do selo e carimbo comemorativos emitidos pelos Correios. Lançadas em 29 de maio, as marcas serão usadas em todas as correspondências emitidas pelo Poder Judiciário. Já o carimbo ficará na agência central dos Correios – na Praça da República - e será utilizado pelo período de 30 dias, depois será encaminhado para Brasília, onde será guardado no museu dos Correios.

Para o presidente, o Poder Judiciário tem muito a comemorar, pois segundo ele, de 15 anos pra cá a justiça estadual está mais moderna e avançada em comunicação, tecnologia, capacitação. "O selo representa a história dos 140 anos do judiciário no Estado de Mato Grosso. Evidentemente que avançamos muito, mas ainda estamos em busca de melhorias, estamos trabalhando para construir um judiciário melhor para a sociedade", destacou o presidente do TJMT, Orlando Perri.

A arte do selo foi criada pelo diretor do Departamento Gráfico do Tribunal de Justiça, Anderson Augusto.

Galeria de fotos homenageia vice-presidentes

Com o objetivo de manter preservada a história do Poder Judiciário, o desembargador Márcio Vidal inaugurou no mês de maio a Galeria de Vice-presidentes do Poder Judiciário de Mato Grosso. A exemplo da Galeria de Presidentes e da Galeria de Corregedores do PJMT, já existentes, o espaço homenageia os 27 desembargadores que ocuparam o cargo de vice-presidente na justiça estadual com quadros contendo fotos institucionais. A solenidade foi realizada no Palácio da Justiça e reuniu desembargadores homenageados com o espaço.

Atual vice-presidente, Márcio Vidal ressalta que o conjunto de fotos é um resgate histórico e uma forma de aprendizagem para os próximos vices. "Para ser um bom filho é preciso conhecer a história dos pais e o mesmo vale para a nossa área. Observando o que foi feito e o que deixou de se fazer, os acertos e desacertos, é que aprendemos e evoluímos", ressalta.

Um dos homenageados, o desembargador aposentado Mauro José Pereira, também interpreta a inauguração da galeria como uma forma de preservar a história do TJ mato-grossense. "Ao mesmo tempo, deixa uma marca indelével no coração de todos os magistrados nessa comemoração de 140 anos de luta pela preservação do bem estar de todos e a afirmação da Justiça", observa.

Linha do tempo

• **1º de maio de 1874** – Fundação do Tribunal da Relação da Província de Mato Grosso por meio do Decreto Imperial 2.342/1973. O desembargador Ângelo Francisco Ramos é nomeado como primeiro presidente do Tribunal.

• 1891 – Nomenclatura é alterada para Tribunal da Relação do Estado de Mato Grosso.

• 1940 – Criada a Corregedoria Geral da Justiça pelo Decreto Lei 3.337/1940 para exercer a disciplina e correição na primeira instância.

• 1946 – Toma posse o primeiro corregedor, desembargador Francisco Bianco Filho.

• **1974** – Dentre as festividades do centenário da justiça estadual é lançada a revista comemorativa 1º Centenário do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

• **1976** – A sede do TJMT é mudada para o Centro Político Administrativo de Cuiabá. Antes já tinha ocupado outras quatro sedes. A primeira e a segunda na Rua 11 de julho (atual Pedro Celestino), a terceira na Rua Barão de Melgaço (1928) e a quarta na Avenida Getúlio Vargas (1943).

• 1980 – Começa, de forma tímida, a informatização do judiciário estadual.

• **1984** – Instituído o Colar do Mérito Judiciário e a Medalha do Mérito Judiciário desembargador José de Mesquita, até hoje a mais alta condecoração oferecida pela justiça estadual.

• **1993** – Aprovada a criação do brasão do Poder Judiciário pelo Tribunal Pleno. A proposição foi feita pelo desembargador Wandyr Clait Duarte.

• 1993 – Mato Grosso é o primeiro Estado brasileiro a apresentar um projeto de criação de Juizados Especiais. Em âmbito nacional este tipo de instituição só foi criada em 1995 com a Lei Federal 9.099.

• 1996 – Criado em Cuiabá o Juvam para atuar nos casos de crimes e infrações ao meio ambiente. Também foi instituído o Serviço de Atendimento Imediato, restrito a conciliação em acidentes de trânsito sem vítimas.

• 2001 – Começa o programa de Modernização do Judiciário que tinha como principal objetivo reduzir o estoque e o tempo de tramitação de processos, especialmente aqueles afetos à Fazenda Pública.

• **2004** – Programa Justiça Comunitária é implantado para aproximar comunidade e Poder Judiciário nas questões de justiça, cidadania e direitos humanos.

• **2004** – Neste ano uma série de eventos marcou os 130 anos do Judiciário, dentre eles a edição do livro Trajetória do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

• 2006 – Justiça mato-grossense é uma das pioneiras nas instalações das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

• **2007** – Instalada oficialmente a Ouvidoria-Geral, oferecendo à população uma linha direta de comunicação com a administração da Justiça para fazer críticas, sugestões, elogios e ainda oferecer opiniões sobre os serviços prestados.

• 2012 – A Turma Recursal Única foi instalada buscando garantir qualidade na prestação jurisdicional, celeridade processual e linearidade nas decisões judiciais. Ela reuniu todas as três turmas recursais que existiam anteriormente.

• **2013** – TJMT é certificado ISO 9001:2008 demonstrando que a Instituição tem um sistema de qualidade mapeado, padronizado e organizado. Em 2014, durante nova visita externa, foi mantida a certificação.

• 2013 – Interiorização da Sala de Depoimento sem Dano. Utilizada para tomar depoimento de crianças que sofreram alguma forma de abuso, até então as salas só existiam nas comarcas de Entrância Especial, Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.

• 2014 – Criado o Juizado do Torcedor para atender àqueles que passam por algum problema dentro do estádio de futebol.

• 2014 – Audiências públicas para definir metas do planejamento estratégico 2015-2019 têm continuidade. As atividades começaram em 2013 e consistem em ouvir a comunidade civil e forense quanto aos seus anseios para os próximos anos.

• 2014 – Em maio o TJMT fez 140 anos.

Entrevista

TJ lança cartilha sobre alienação parental

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso lançou neste primeiro semestre do ano a Cartilha Alienação Parental, com o objetivo de ajudar as pessoas a compreenderem e identificarem esse fenômeno social dramático, onde crianças e adolescentes sofrem abuso psicológico (do pai ou da mãe) para dificultar ou destruir os vínculos do filho (ou filha) com um ou outro genitor.

O trabalho, coordenado pela juíza titular da Primeira Vara de Famílias e Sucessões de Cuiabá, Ângela Gimenez, com apoio da Presidência do TJ e da Corregedoria-Geral da Justiça, ganhou repercussão nacional depois de ter sido replicada pelo Facebook do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sendo acessada por milhares de internautas. A magistrada conta ao Digoreste como surgiu esse projeto.

Ascom/TJMT

Antes de falarmos sobre a cartilha, gostaria que a senhora explicasse primeiro o que é alienação parental?

Quando nossas crianças ou nossos jovens convivem com um só genitor, então o outro genitor que não mora com ela pode ser submetido a uma situação de afastamento, de dificuldade. Por isso, nós dizemos alienação, alienar significa separar essa criança, esse jovem do convívio com o outro genitor. Em alguns casos mais do que isso, quando aquele genitor que está morando com a criança começa a implantar falsas verdades. Muitas vezes é o sentimento e a interpretação daquele genitor, que não elabora a perda da separação e acaba se utilizando dos filhos para de alguma forma alcançar o outro genitor que não quer mais a convivência, como se fosse uma moeda de vingança.

De onde surgiu a ideia de fazer uma cartilha abordando essa temática?

Nossa preocupação ao fazer essa cartilha era alcançar de forma preventiva todas as famílias, todas as pessoas que possam estar vivendo essa situação, que causa tanto sofrimento. Como a linguagem jurídica é difícil de compreender, nós pensamos que para alcançar verdadeiramente as pessoas deveríamos fazer um material que tivesse uma linguagem mais popular, mais acessível.

Então ela foi escrita de uma maneira bem didática?

Sim. Com 20 páginas a cartilha foi escrita em uma linguagem fácil, para que todos possam entender o que é a alienação parental, quais as formas de alienação, as medidas aplicáveis, a importância do depoimento especial e da perícia e a quem procurar quando essa prática é identificada. Na penúltima página do material está a íntegra da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental.

A senhora tem feito palestras para falar sobre esse assunto. Como tem sido a receptividade?

O que eu sinto nesses encontros é que as pessoas identificam em si, ou em alguém muito próximo, uma situação de alienação, então isso envolve as pessoas, emociona, impacta e por meio das palestras, nós começamos a perceber que as pessoas depois que têm contato com esse problema se colocam à disposição de buscar alternativas e solução.

Quem vivencia ou presencia situação de alienação parental deve recorrer a quem?

A pessoa pode procurar a própria vara de Família das comarcas, ali ela vai receber orientação de como proceder, os conselhos tutelares, setores psicossociais, os núcleos e centros de conciliação e também algumas universidades que já prestam esse tipo de assistência social, mas com foco mais especializado na problemática familiar, nas dificuldades de relacionamento.

Ao lançar a cartilha a senhora esperava essa repercussão em nível nacional?

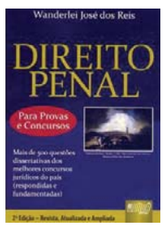
A cartilha alcançou seu objetivo, que é o de tornar acessível ao maior número de pessoas informações sobre alienação parental, e não apenas para aqueles que atuam no meio jurídico. Agradeço muito a administração do Tribunal de Justiça, em especial o desembargador Orlando Perri, que demonstrou sensibilidade e compromisso em defesa da vida, já que se trata de uma ação institucional. Ele abraçou a causa desde o primeiro dia em que entrei no gabinete para apresentar o projeto. Quero ressaltar o esforço do corregedor-geral da Justiça, desembargador Sebastião de Moraes Filho, que se comprometeu a distribuir a cartilha em todas as comarcas do Estado.

TJ Recomenda

Direito Eleitoral – Aspectos Processuais, Ações e Recursos de acordo com a Lei da Ficha Limpa

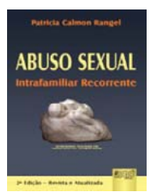
Escrita pelo juiz Antônio Veloso Peleja Júnior, de Mato Grosso, em co-autoria com o analista judiciário Fabrício Napoleão Teixeira Batista, a obra tem por escopo analisar as ações, os recursos e alguns temas polêmicos na seara eleitoral. Além do Código Eleitoral, as ações eleitorais e respectivos procedimentos estão delineados na Lei Complementar 64/90 e na Lei das Eleições (Lei 9.504/97), fazendo-se necessária a análise dessas normas.

Direito Penal - Para Provas e Concursos – Mais de 500 questões respondidas e fundamentadas



De autoria do juiz de Mato Grosso Wanderlei José dos Reis, neste volume o leitor encontra questões dissertativas de Direito Penal dos seguintes concursos: Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Juiz Federal Substituto, Juiz Substituto do Estado de Mato Grosso do Sul, Magistratura do Estado de São Paulo e Delegado de Polícia do Estado de Mato Grosso.

Abuso Sexual - Intrafamiliar Recorrente - 2ª Edição - Revista e Atualizada



Neste trabalho, a promotora de Justiça do Espírito Santo, Patrícia Calmon Rangel, explica como o abuso sexual intrafamiliar contra crianças vem sendo objeto de pesquisas cujas contribuições principais são o rompimento da cortina de silêncio que historicamente tem ocultado o fenômeno, o redimensionamento estatístico das ocorrências e a proposição de procedimentos preventivos e de programas assistenciais às vítimas.

Bem Viver

Ascom/TJMT

1ª Corrida do Judiciário reúne 450 participantes

A 1ª Corrida de Rua do Poder Judiciário de Mato Grosso, realizada no dia 8 (domingo) foi um sucesso. O evento reuniu cerca de 450 participantes entre servidores e atletas do público externo. O 1º lugar ficou com o corredor Herculano Moura Gonçalves, o Maranhão, enquanto que a 2ª e a 3ª foram, respectivamente, para Josué Ferreira de Souza e Lourival Moreira de Oliveira. Na 4ª posição do pódio está Reinaldo Francisco e na 5ª, representando as mulheres, a atleta Nadir Sabino.

A prova teve início às 7h15 e a largada foi na frente do Tribunal de Justiça, no Centro Político Administrativo. O percurso foi de 5 km e a chegada também foi em frente ao TJ. Todos os participantes receberam o kit corrida (camiseta e número) e na retirada do material entregaram uma lata de leite em pó. Tudo o que foi arrecadado será doado para o Lar dos Idosos, Associação dos Amigos das Crianças com Câncer, Creche Anjo Gabriel e Creche Santa Laura.

Os vencedores ganharam, além de medalhas, vales-compras para investir na vida esportiva. Mas o maior ganho para eles foi a iniciativa do TJ mato-grossense. "Nós somos atletas semi-profissionais, mas essa corrida para quem está iniciando a vida esportiva e começando a ganhar saúde, é excelente. Os órgãos públicos devem investir na qualidade de vida e um evento como esse só tem a contribuir com a sociedade", destacou o 2º colocado.

O presidente do TJ, desembargador Orlando de Almeida Perri, também percorreu os 5 km de trajeto e ressaltou a importância de estar em dia com a saúde dos servidores. "Nós trabalhamos com um nível de estresse muito alto e precisamos cuidar da nossa saúde. Portanto, essas atividades pensadas pelo programa Bem Viver vão ao encontro do cumprimento dessa meta", frisou Perri.

O sucesso da competição foi tanto que a coordenação do Programa Bem Viver promete se empenhar para que a prova entre para o calendário oficial de corridas da Capital. A ideia, conforme a coordenadora Gissele Maria Ponce Nince, é desenvolver o projeto junto à Federação de Atletismo de Mato Grosso (FAMT), que acompanhou de perto a realização da corrida. "Estamos muito felizes com o resultado, bastante gente participou. A primeira corrida é amadora, mas a próxima será profissional, portanto, agora começaremos outro trabalho para que isso aconteça", garante.

Profissão Servidor

Ascom/TJMT

Nome – Eliana Muriana de Queiroz

Nascimento – 18/11/64

Local de Trabalho – Cartório Distribuidor da Comarca de Diamantino

Filhos – Dois

Tempo no Judiciário – 28 anos. Antes de passar no concurso público trabalhou na Comarca de Porto dos Gaúchos, durante 5 meses. Desde que assumiu o cargo trabalha como distribuidora em Diamantino.

Como era seu trabalho – Quando comecei a trabalhar no cartório nem imaginava o quanto tudo iria evoluir. Fazíamos tudo na máquina de datilografar, saíamos do trabalho com o barulho das teclas na cabeça (rs...). No período eleitoral era muito mais complicado, o trabalho aumentava demais.

O que mudou – Com a informatização tudo ficou mais fácil. No começo achei difícil aprender, pois não éramos acostumados com a tecnologia, hoje nem penso em viver sem.

Papel do cartório distribuidor – Costumo brincar que é o "coração" do Fórum. Toda inicial que entra, passa pelo cartório. É por aqui que tudo começa.

Trabalho – Amo o que faço. Gosto de tudo, menos do salário (rs...). Não me imagino fazendo outra coisa. Minha vida é o judiciário. Tive meus dois filhos, cuidei deles, cresceram, já estão formados e eu trabalhando aqui.

Aprendizado – Durante todos esses anos trabalhando neste setor aprendi muito, principalmente a ter paciência. Quem trabalha aqui acaba sendo um pouco psicólogo, pois ouvimos as histórias e os dramas de muita gente. Eu aprendi a dar mais valor à vida.

Aposentadoria – Em junho do próximo ano já tenho tempo de serviço para me aposentar, mas vou continuar trabalhando. Tenho 49 anos e acho que posso contribuir um pouco mais. Vou me aposentar e fazer o que em uma cidade pequena? Vou continuar mais um pouco aqui, costumo brincar que vão ter que me engolir (rs...).

Justiça Pra que Te Quero

Penas pecuniárias são revertidas à sociedade

Juízes e juízas de Mato Grosso têm adotado, cada vez com mais freqüência, a substituição das penas privativas de liberdade, em casos de delitos menos graves, pelas penas pecuniárias. Nesses casos, o sentenciado, ao invés de cumprir pena em regime aberto ou semi-aberto, faz uma transação em dinheiro, que é revertido para entidades beneficentes nas comarcas onde os crimes ocorreram. Essa mudança de paradigma tem ajudado a transformar a vida de muita gente.

Em Canarana (823 km a leste de Cuiabá), os recursos provenientes de penas pecuniárias aplicadas pela juíza da Segunda Vara, Caroline Schneider Guanaes Simões, responsável pelas Execuções Penais, foram investidos em um projeto social que atende 150 crianças e adolescentes. A Epac, uma entidade sem fins lucrativos, usa atividades esportivas para evitar que os jovens, por falta de opção de lazer, fiquem nas ruas.

A instituição já recebeu por duas vezes recursos das penas pecuniárias. Na primeira ocasião adquiriu uma TV de 42 polegadas, um DVD e um bebedouro que fornece água gelada. Na segunda vez, como o valor era um pouco maior, comprou uma mesa de pebolim, outra de tênis de mesa, 30 pares de chuteiras, 28 bolas de futebol e 20 uniformes, com camisa e calção.

Além de regularizadas em termos de documentos fiscais, essas entidades devem apresentar projetos, que são analisados por uma equipe multidisciplinar, formada por uma assistente social, um analista judiciário e um contador. O projeto ainda recebe parecer do Ministério Público. Após a liberação dos recursos, a mesma equipe vai até a entidade, para conferir se o recurso foi aplicado dentro do que estava previsto no projeto.

Em Comodoro (644 km a oeste de Cuiabá), as reformas realizadas recentemente na cadeia pública melhoraram as condições estruturais e beneficiaram os 65 presos que atualmente estão na unidade prisional, além dos servidores que atuam no local. Os reparos foram possíveis devido às verbas que a cadeia recebeu referentes ao pagamento de penas pecuniárias, que somaram R$ 35 mil.

Com esse valor, foi possível concretizar algumas mudanças significativas nas celas dos reeducandos, com a pintura de paredes, grades e pisos, reforma das paredes com rachaduras e infiltrações, troca do telhado e reforma dos banheiros. O ambulatório e a sala de atendimento ao Ministério Público, Defensoria e Advogados também passaram por reformas.

Os agentes prisionais foram beneficiados com a reforma de banheiros e quartos, pintura e colocação de novo piso, construção de almoxarifado e instalação de ar-condicionado em algumas salas da unidade.

De acordo com o juiz Evandro Juarez Rodrigues, da Segunda Vara de Feitos Gerais e Execução Penal da Comarca de Comodoro, o Conselho da Comunidade do município solicitou a destinação das verbas para a reforma da cadeia diante da difícil situação em que a unidade se encontrava.

Além das melhorias estruturais proporcionadas ao prédio, a iniciativa contribuiu para reduzir o período de permanência dos reeducandos na cadeia. "Todas as reformas foram realizadas pelos próprios presos, que tiveram o benefício de remissão da pena concedido por conta dos trabalhos realizados".

Sem Embargos

Reintegração

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Diamantino formalizou acordo de reintegração de posse entre a prefeitura e 35 posseiros que ocupavam uma área pública. O local será destinado à construção do aterro sanitário da cidade e as famílias terão prioridade na concessão de habitações populares. "Conseguimos resgatar a dignidade das pessoas nesse acordo", afirma o juiz Anderson Candiotto, coordenador do centro.

Ascom/TJMT

Mutirão

O mutirão do Seguro Dpvat, realizado na última semana de maio no Fórum de Cuiabá, fechou com 93,73% de acordos firmados, que resultaram em R$ 2,7 milhões negociados. Dos 542 processos que constaram na pauta do mutirão do seguro de acidentes de trânsito, 508 terminaram em acordo. A juíza Adair Julieta da Silva, coordenadora da Central de Conciliação, destaca que os resultados superaram as expectativas, que eram de 80% de acordos.

Rondolândia

O município de Rondolândia está sob a jurisdição da Comarca de Comodoro. A decisão foi tomada, à unanimidade, durante sessão administrativa do Tribunal Pleno no dia 15 de maio. Antes, o município pertencia à Comarca de Juína. De acordo com o relator do processo, desembargador Orlando Perri, havia pedido da Corregedoria-Geral da Justiça, do município e também da Procuradoria para a mudança de jurisdição.